

TEIAS: TRAÇANDO A PLURALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Franciele Canterle*

Michele Quinhones Pereira**

Resumo: O presente artigo foi elaborado a partir de uma intervenção de prática real, realizada com crianças na faixa-etária de 4 e 5 anos, inseridos na turma de nível Jardim A de uma escola privada, situada em Santa Maria, tendo por objetivo promover o desenvolvimento de valores como o respeito, dentro e fora de sala de aula, o direito à educação que é ferramenta para o crescimento pessoal, colocando-se enquanto direito humano posto que compõe a dignidade humana e torna o indivíduo capaz de atuar como cidadão. Foram desenvolvidas atividades que levassem as crianças a se conhecer, mas principalmente a respeitar o outro, compreendendo as diferenças e buscando a tolerância entre o grupo. Ressalta-se que a proposta de educação em direitos humanos requer um trabalho compartilhado e participativo de todos(as) que estão envolvidos no projeto pedagógico. Percebi que trabalhar esse tipo de assunto em sala de aula desperta o interesse e a criatividade das crianças, bem como desenvolve noções de justiça, solidariedade e humanidade.

Palavras-chave: Diversidade. Educação Infantil. Direitos Humanos.

Web: Drawing Plurality At Childhood Education

Abstract: This paper was written from a real practice of intervention, performed with 4 and 5-year-old children in the level A kindergarden at a private school, in Santa Maria, with the goal of promoting the development of values such as respect, inside and outside the classroom, the right to education as a tool for personal growth, placing itself as a human right, since it makes up human dignity and becomes the individual able of acting as a citizen. Activities were developed in a way to lead children to know themselves, but above all to respect each other, understanding the differences and seeking tolerance among the group. It is important to emphasize that the proposed human rights education requires a shared and collaborative work of all who are involved in the educational project. I realized that working this subject in classroom evokes the interest and creativity of children and develops notions of justice, solidarity and humanity.

Keywords: Diversity. Childhood Education. Human Rights.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Especialista em Educação e Direitos Humanos da Faculdade Palotina (FAPAS) - E-mail: francantere@hotmail.com

** Mestre em Educação Especial. E-mail: michele_qp@hotmail.com

Considerações iniciais

Somos as escolhas que fazemos e as que omitimos, a audácia que tivemos e aos fantasmas as quais sacrificamos a possível alegria e até as pessoas a quem amamos; a vida que abraçamos e a que desperdiçamos. Em suma, fazemos escritura de nossa complicada história.

Lya Luft

Ao entrarmos na instituição creche ou pré-escola reconhecemos que as crianças estão em fase de adaptação. Aqui começa o papel do professor/ educador e das pessoas que compõem este universo. Precisamos observar com detalhe estas crianças, pois já acontecem neste momento formas de comunicação e interação que podem se tornar fonte do trabalho. Nesta trilha, surgiram muitas dúvidas, questões, que me inquietavam na prática em sala de aula. (Re) ver minha própria história de quase dez anos. A questão que abordo nesta pesquisa é estimular as crianças a refletirem a importância da diversidade, respeito e direitos, na primeira infância. Parto do princípio que uma pesquisa, em grande parte está atrelada a minha história de vida. Observei ao longo de minha jornada que, trabalhar esses valores com os pequenos é de extrema importância para suas formações, tendo em vista que a escola, para eles, é o primeiro local de encontro e troca social depois da família. Ali eles conhecem pessoas diferentes, e com elas, se relacionam. Melhor que isso é abordar o tema de jeito natural, inserindo-o em práticas diárias, como brincadeiras, leitura e música.

Ser diferente é uma questão que nos traz inúmeras indagações e discussões acerca de como a diversidade é disseminada na sociedade e, conseqüentemente, na escola enquanto espaço institucional educativo. Ao falar sobre diversidade/diferenças, refiro-me aos níveis físico, psicológico, comportamental, social, econômico, cultural, étnico, religioso, dentre muitos outros que devem ser considerados para esta reflexão.

Sabe-se que há necessidade de promover situações significativas e interessantes para as crianças no desenvolvimento deste tema e assim contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes quebrando barreiras para o exercício da cidadania desde a Educação Infantil. Ao se falar em diferenças configura-se respeito às características próprias de cada indivíduo. Desta forma, é muito importante e positivo, já nos anos iniciais, que se observe todas as nuances de seu entorno social desenvolvendo valores que primam pela valorização do outro, admitindo que diferenças humanas são normais.

Trabalhar com a diversidade é o natural, uma vez que as diferenças existem e não devem ser negadas dentro da dinâmica educativa. Segundo Sacristán,

[...] somos únicos porque somos "variados" internamente, porque somos uma combinação irrepitível de condições e qualidades diversas que não são estáticas, o que nos faz também diversos em relação a nós mesmos ao longo do tempo e segundo as circunstâncias mutáveis que nos afetam (2002, p.17).

Respeitar o outro é tarefa que deve ser aprendida desde a infância, dentro da família, na escola e na sociedade. Neste contexto social, procurando contribuir para melhoras no ensino é preciso entender as necessidades de estudar sobre os direitos humanos, que é amplo e universal.

Na educação infantil, primeira etapa da educação básica, onde o espaço é rico em aprendizagem, deve-se oportunizar viver momentos prazerosos e enriquecedores, onde a investigação, a reflexão, a construção de experiências poderá ser manifestada por meio de diferentes linguagens, possibilitando novas situações de aprendizagem e de aplicações da vida social do educando.

O envolvimento e a participação da família no ambiente escolar nos dias atuais são considerados um dos componentes importantes para o desempenho das instituições de ensino, e para a aprendizagem da criança em sua vida escolar e no meio social. O ambiente escolar contribuiu no sentido de levar a criança a entender a vida e as formas de conviver com o outro, e por isso é importante que a família e comunidade escolar estejam atentas e acompanhem o desenvolvimento das crianças em todo o seu processo de aprendizagem.

Sabe-se que há necessidade de promover situações significativas e interessantes para as crianças no desenvolvimento deste tema e assim contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes, quebrando barreiras para o exercício da cidadania desde a educação infantil.

É preciso que as experiências vivenciadas em sala de aula tornem-se significativas para as crianças, as quais levarão estes conhecimentos por toda a vida. Possibilitar que elas reflitam sobre tais questões é como abrir portas ou criar meios de construir novos espaços, novos mundos, novos sujeitos. Deste modo, acredito que é este o caminho que nós devemos seguir: eliminar as desigualdades em prol do respeito às diferenças através da educação. “E aprendi que se depende sempre, de tantas muitas diferentes gentes... Todas as pessoas sempre são as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas...” (Gonzaguinha).

Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de respeitar as especificidades e características de cada criança, pois acredita-se que isso é muito importante para manter uma boa convivência em grupo. Colocar todos no mesmo parâmetro é desconsiderar que cada

criança tem suas próprias marcas e, portanto, possuem significados, sentidos e visão de mundos únicos.

Por isso os trabalhos relacionados as diferenças devem ser intensificados na educação infantil, visando estabelecer relações solidárias e de equidade entre sujeitos diferentes, esses são desafios permanentes da educação e da escola.

Buscando o envolvimento de cada sujeito envolvido no processo de aprendizagem na turma específica onde será realizado o projeto, as atividades serão desenvolvidas através da perspectiva do brincar, de forma que a ludicidade esteja presente nos momentos de construção do conhecimento, por entender que a cultura lúdica da criança pode ser desenvolvida também no ambiente escolar e através de atividades que possibilitem a interação do público infantil. Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil “para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição” (BRASIL, 1998, p.41).

Mas, o que é ser diferente? Para Brandão (1986 apud GUSMÃO, 2000, p. 12) “o diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou”.

Os alunos têm diferentes origens e histórias de vida, portanto, não podemos negar essas diferenças que os tornam seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos (GUSMÃO, 2000). Acreditamos que tratar as crianças com igualdade é saber respeitar as suas diferenças.

Os seres humanos possuem características comuns, mas uma diversidade étnica e cultural muito ampla, que precisam ser refletidas na sala de aula. Em nosso cotidiano escolar vivenciamos atos de desrespeito, preconceito e discriminação que necessitam ser discutidas e trabalhadas com atividades sistematizadas, na tentativa de estimular o respeito a todos os seres humanos, independente de suas diferenças físicas, sociais, culturais.

Faz-se necessário reconhecer a importância dos Direitos Humanos e Fundamentais, que conduzem a uma plenitude de vivência digna, sabendo que a falta de conhecimento e a exclusão de tais direitos ameaça as garantias conquistadas pelos cidadãos na sociedade. Um dos aspectos essenciais dos Direitos Humanos e Fundamentais pressupõe o reconhecimento e o respeito ao outro, aceitando cada qual com suas características que lhes são peculiares, seja em relação a aspectos culturais, físicos, étnicos, religiosos, políticos, sociais e econômicos. Aceitar a concepção de Direitos Humanos inclui não apenas a ideia da defesa dos direitos

próprios, que atendem às necessidades individuais, mas também a responsabilidade de buscar direitos que procurem o bem-estar da sociedade.

Os projetos político-pedagógicos das escolas na atualidade entendem que ela teria uma função social importante: construir um projeto de sociedade que possibilite a participação dos indivíduos na produção da sua existência, como sujeitos de direitos, ativos na realidade que se constrói historicamente. Assim, além da preparação para a cidadania e para o trabalho, a função social da escola de hoje consistiria na formação de seus alunos para a convivência numa cultura de diversidade e de direitos. Saber conviver com a diversidade não é uma tarefa fácil, porque nos desafia a questionar constantemente nossos valores, a rever posicionamentos e a incorporar novas crenças àquelas já existentes e muitas vezes cristalizadas dentro de nós.

Ser reflexivo implica realizar constantes autocríticas, de se tornar alguém individual e, ao mesmo tempo, que saiba viver em sociedade. Ou seja, os desafios são muitos na atual sociedade. Nesse sentido, a escola tem sido cada vez mais demandada e chamada a rever seu papel na complexa engrenagem social. A escola torna-se um lugar bastante privilegiado, tanto quanto a família, na preparação do indivíduo para a convivência nessa sociedade, pois é local da diversidade, da heterogeneidade. Enquanto na família existe uma certa uniformidade de valores, crenças e costumes, na escola as crianças e jovens precisam se defrontar com o diferente e, com isso, precisam desenvolver valores relativos à coletividade, à resolução de conflitos e a compreensão das mais diversas formas de ser e existir. Por isso, os agentes que trabalham na educação precisarão estar cada vez mais preparados para construir junto aos seus alunos modelos de convívio democrático, de respeito a todos os tipos de diferenças e crenças. Mais do que ensinar certos conteúdos, os educadores serão extremamente ativos na construção de um ambiente inclusivo e participativo, pois são os adultos da escola que devem garantir que todos tenham espaço dentro dela.

Porém, algo precisa ser frisado: o ensino dos direitos humanos não passa somente pela transmissão oral do que se deve ou não ser feito. Passa, principalmente, pelo exemplo cotidiano daqueles que se propõem a serem os modelos que crianças e jovens devem seguir. Obviamente é o papel da escola problematizar temas históricos, sociais e culturais que levem os alunos a construir uma visão crítica do mundo.

Lançar o olhar em direção ao reconhecimento das diferenças e dos vários aspectos das desigualdades (sociais, raciais, econômicas, culturais, etc.) leva-nos a rever determinados valores morais e sociais que foram sedimentados e aprendidos no âmbito da cultura. A diversidade cultural como princípio educativo extrapola a noção de identidade nacional e se

concretiza por meio das experiências e vivências sociais e culturais que envolvem os indivíduos na sociedade.

Este processo, se dá na relação com outro, nas trocas onde o professor aperfeiçoando sua prática constrói, consolida, fortalece e enriquece seu aprendizado. Por isso é importante ver a pessoa do professor valorizar o saber de sua experiência. Assim, o papel do professor é de fundamental importância para a criança. Ao iniciar a Educação Infantil, esta criança está na idade de vivenciar o processo de socialização e estabelecer amizades.

A Educação em Direitos Humanos é responsabilidade de todos. Trata-se de uma maneira de ver o mundo, uma atitude diante da vida. É importante que as famílias e a comunidade participem dessa educação das novas gerações, buscando valores que fundamentam os direitos humanos. Todavia, precisamos reconhecer que muitas vezes a população encontra dificuldades diversas nessa empreitada.

Desde os primeiros anos de vida o ser humano em suas diversas formas de se relacionar com o mundo e consigo mesmo desenvolvem atitudes que se manifestam de forma positiva ou negativa em sua vida. Assim o trabalho voltado para o desenvolvimento de atitudes se torna indispensável com crianças na educação infantil, buscando sensibilizá-los para o respeito à diversidade e diferenças de cada ser humano. Então entendemos que desde a educação pré-escolar o trabalho voltado para o conhecimento, compreensão e relacionamento com as diferenças no âmbito escolar e em meio à sociedade, possibilita as crianças uma sensibilidade sobre o respeito às diversidades nos diferentes aspectos.

1 Educação infantil e práticas sociais: composições

A função da educação infantil nas sociedades atuais é a de possibilitar a vivência em comunidade, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, aprendendo a respeitar, assim como a ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais. Isso implica em uma profunda aprendizagem da cultura através de ações, experiências e práticas de convívio social que tenham compromisso, possibilitando à criança agir e pensar o que sua comunidade construiu ao longo da história. Práticas sociais que se aprendem através do conhecimento de outras culturas, das narrativas tradicionais e contemporâneas que possam contar sobre a vida humana por meio da literatura, da música, da pintura, da dança. Isso é, histórias coletivas que, ao serem ouvidas alarguem os horizontes através do diálogo, das conversas, da participação e da vida democrática.

Nesse sentido, Sesti (2004, p.333) afirma que para a construção de uma sociedade democrática é necessária uma educação que atue:

O sentido de uma educação comprometida com os ideais e valores da cidadania, da democracia e dos direitos humanos se expressa menos nas informações e nos discursos transmitidos do que nos princípios de condutas que regem, no cotidiano escolar, as ações educativas de uma instituição.

As crianças pequenas se constituem sujeitos marcadas pelo pertencimento de classe social, de gênero, de etnia, de religião, isto é, todas as inscrições sociais que afetam a vida dos adultos também afetam a vida das crianças. Ao longo de suas existências vão configurando seu percurso singular no mundo, em profunda interlocução com as histórias das pessoas e dos contextos nas quais convivem.

O respeito pode ser entendido como a valorização de cada indivíduo em sua particularidade. É uma atitude carregada de sentimento que pode ser confundido de formas diferentes, como de submissão, medo, inferioridade ou pode estar associado a veneração ou consideração. Este deve deixar de ser apenas uma atitude baseada nas empatias das relações pessoais para tornar-se um princípio que norteie todas as condutas. O princípio de que todas as pessoas devem ser respeitadas independentes de sua origem social, etnia, sexo, religião, opinião assim como as manifestações sociais culturais dos diferentes grupos sociais que constituem a sociedade, fundamenta o respeito. A escola possibilita o convívio com diversos 'tipos' de pessoas e assim os alunos podem e devem aprender ter o respeito por todos os alunos, isso é um dos papéis da escola. Assim, se verifica que dentro das escolas o preconceito com as pessoas que não correspondem ao 'modelo' padrão estabelecido pela sociedade estão presentes, cabe a escola (toda equipe) trabalhar para que isto não se estabeleça na instituição.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado no ano de 2003 (BRASIL, 2003), demonstra a preocupação do Estado brasileiro em relação à construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática, fundamentada na educação em direitos humanos e cidadania, a qual é indicada de acordo com os seguintes critérios para a Educação Básica:

A educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físicoindividual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 8, n.2, p. 186-195, 2008. 193 nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação (BRASIL, 2007, p. 24).

Tendo em vista que “[...] fomentar a consciência social e crítica devem ser princípios norteadores da Educação Básica”. (BRASIL, 2007, p.23), faz-se necessário que ela seja completa em todos os níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), já que integra a formação do educando tanto individual como para o coletivo.

As contribuições almejadas para a educação em direitos humanos e cidadania seriam, principalmente, promover e estimular situações relacionadas à prática da tolerância e do respeito às diversidades culturais, sexuais e étnicas, as quais estariam pautadas no processo necessário de “[...] formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres [...]” (BRASIL, 2003, p. 10).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 5, 17 de dezembro de 2009) em seu artigo 9º, inciso VII, faz a seguinte exigência:

Art. 9º - As práticas pedagógicas que compõe a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que: [...] VII – possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais que alargam seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade (BRASIL, 2009).

Cabe dizer que trabalhar com a diversidade humana, comporta uma ampliação de horizontes para o professor e para o aluno, uma abertura para a consciência de que a realidade em que vivem é apenas parte de um mundo complexo, fascinante e desafiador, na qual o elemento universal deve ser a Ética. A partir disso, propicia, ainda, a percepção de que essa característica sociocultural é expressão de uma pluralidade dinâmica para além das fronteiras do Brasil, a qual tem sido benéfica e estimuladora na definição de valores universais.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, proposto pelo Ministério da Educação, as instituições que atuam na área da educação infantil devem “oferecer condições para que as crianças aprendam a conviver, a ser e a estar com os outros e consigo mesmas em uma atitude básica de aceitação, de respeito e de confiança” (BRASIL, 1998, p. 46), possibilitando o desenvolvimento da identidade e da autonomia das crianças. Diante disso, Santos e Costa propõem que

É preciso trabalhar a discussão da diversidade já na infância. Se a criança não for preparada desde cedo, dificilmente romperá com os preconceitos possivelmente presentes em seu meio e tenderá a repetir os padrões de discriminação que aprender (2010, p.01).

Antônio Lopes de Sá, em seu livro *Ética e valores humanos* (2001), nos diz que

[...] muito se tem discutido sobre as dificuldades que envolvem o ato educacional, tem-se buscado incessantemente soluções para tais dificuldades, porém muito pouco se tem encontrado. Vive-se em um período de transição de valores, que influencia diretamente a educação, no que tange o aprendizado e desenvolvimento dos alunos (2001, p. 39).

A urgência de compreender melhor o inter-relacionamento dos seres humanos, assim como suas expectativas e níveis de interesse, tem levado nestes últimos anos a um aprofundamento radical nos estudos éticos e morais, ressaltando deste modo uma nova e promissora perspectiva para o crescimento e educação das futuras gerações (SÁ, 2001, p.47).

É importante pontuar que pela educação pode-se combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais. Contudo, ao mesmo tempo em que não se aceita que permaneça a atual situação, em que a escola é cúmplice, ainda que só por omissão, não se pode esquecer que esses problemas não são essencialmente do âmbito comportamental, individual, mas das relações sociais, e como elas têm história e permanência. O que se coloca, portanto, é o desafio de a escola se constituir um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsabilmente perante elas.

Tendo em vista que na idade em que se encontram as crianças de educação infantil, é possível constatar, no texto *Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*, dizendo que:

As diferenças unem e desunem; são fontes de conflitos e de manipulações socioeconômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a construção de estereótipos e preconceitos diversos (MUNANGA, 2005, p-4).

As crianças já no início de sua formação precisam compreender as diferenças existentes nos espaços onde convivem para que sejam desenvolvidas práticas de aceitação das mesmas. Assim entendemos a necessidade de convivência das crianças com diferentes práticas e atitudes de respeito às diferenças no ambiente escolar e na sociedade.

A escola inclusiva direciona-se para um ensino que, além de reforçar os mecanismos de interação solidária e os procedimentos cooperativos, auxilie o ser humano a se ver e se perceber como parte de um todo que independe de suas características físicas.

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar à escola em algum momento no futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é

criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados (MITTLER, 2003, p. 236).

A inclusão escolar é uma realidade e, como tal, merece ser encarada de forma contextualizada no cotidiano escolar. A proposta de uma educação inclusiva é muito maior do que somente matricular o indivíduo na escola comum, implica dar outra lógica à escola, transformando suas práticas, suas relações interpessoais, sua formação, seus conceitos, pois a inclusão é um conceito que emerge da complexidade, e como tal, exige o reconhecimento e valorização de todas as diferenças que contribuiriam para um novo modo de organização do sistema educacional (DRAGO, 2007).

Diante disso, a vivência e a interação com outras crianças e adultos se fazem positiva no desenvolvimento social, assim como a autoestima que, portanto, se refletem no raciocínio, no pensamento e na linguagem.

Neste sentido o professor necessita instigar na criança a capacidade de pensar, e saber que, no processo educativo estará oportunizando, pelo envolvimento e pelo interesse, ao estabelecer uma proposta que desafie a curiosidade e a criatividade, a qual promova a autonomia, a autoestima e a responsabilidade, bem como a participação ativa das crianças neste processo de grande desenvolvimento imaginário, que deve estar vinculado a espaços e tempos adequados nessa fase da vida

A criança é então, um ser sociável que se relaciona com o mundo que a cerca de acordo com sua compreensão e potencialidades e, brinca espontaneamente, independentemente do seu ambiente e contexto. Por isso, quanto maior o número de atividades lúdicas inseridas nas atividades pedagógicas, maior será o envolvimento da criança com o conhecimento trabalhado.

A Lei Federal nº 8069/90, mostra que toda criança tem o direito de brincar, mostra também que “Todas as crianças tem direito: à vida e à saúde, à liberdade, ao Respeito e à Dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura e ao lazer, à proteção ao trabalho...” (2004). A compreensão desses assuntos aliados a uma proposta educativa contextualizada poderá contribuir na organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o bem-estar da criança. O brincar significativo aliado ao aprender a aprender precisa estar mais presente no cotidiano educacional da criança. A brincadeira é uma atividade necessária e saudável na infância. Por meio da brincadeira ela constrói seu próprio mundo e se projeta no mundo real.

Segundo Brougère (2002) o brincar não é uma atividade interna do sujeito, mas é dotado de influências sociais. Mais do que isso, pressupõe uma aprendizagem social. A brincadeira é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil a medida que a criança pode transformar e produzir novos significados. Assim, as crianças desenvolvem suas capacidades de raciocinar, de julgar, de argumentar, de como chegar a um consenso, reconhecendo o quanto isto é importante para dar início à atividade em si.

O brincar não pode ser colocado em segundo plano, como algo a ser feito depois de concluir as tarefas escolares, pois é através do brincar que as crianças constroem e desconstroem hipóteses, solucionam problemas e desenvolvem múltiplas linguagens de maneira prazerosa. Para Moyles (2002, p. 22), “existem amplas evidências desta dificuldade nas escolas de educação infantil e de ensino fundamental, onde o 'brincar' é frequentemente relegado às atividades, brinquedos e jogos que as crianças podem escolher depois de terminarem seu ‘trabalho’”.

Quando desejamos promover a reflexão sobre o ser humano, as relações humanas, os valores, é importante que os jogos e as brincadeiras abram espaço para a experiência do trabalho em equipe, da cooperação, e também do respeito às regras combinadas no jogo, mesmo em situações de competição. É importante haver interação entre os jogadores de forma que possam conhecer melhor as questões que interessam a cada um. Ou seja, não se trata só de jogar um jogo para ganhar ou perder. Trata-se de criar uma ocasião para interagir, conversar, conhecer mais sobre a vida, refletir sobre questões variadas. A cooperação e a competição desenvolvida dentro de regras combinadas são formas de dinamizar o jogo, torná-lo mais divertido e interessante.

Diante dessa realidade, ensinar e vivenciar os direitos humanos é um imperativo, que não pode mais ser adiado. Se quisermos uma escola realmente democrática e que produz democracia social, precisamos urgentemente nos perceber como agentes dorsais desse processo.

O ato de brincar é essencial para o desenvolvimento da criança. Dessa maneira, a escola deve dar a atenção devida a essa atividade. Temos que rever como a professora, agente mediador, coloca o brincar no cotidiano. Nessa compreensão o professor necessita perceber a necessidade da criança e estimular a brincadeira. Fazer do brincar algo criativo e estimulante.

É importante que os educadores perceberem a brincadeira como um processo que colabora para a aprendizagem e não como aquilo que a atrapalha, desvia a atenção. O grande desafio dos educadores é, em sendo adultos, estimular as crianças a viverem o brincar. É preciso que o educador viva com a criança que existe dentro de si, não para ser novamente

criança, mas para compreendê-la e, a partir disto, interagir em uma perspectiva criativa e produtiva com seus alunos.

2 Caminhos metodológicos

A educação infantil é um processo que ocorre diariamente através de observações, registros sistemáticos e individuais, estabelecendo conexões entre a criança e o outro, entre esses e suas famílias, bem como o educador e o ambiente em que a criança vive.

Para participar desta pesquisa escolhi 12 crianças, com idades entre 4 e 5 anos, pertencentes a uma turma de nível Jardim A de uma escola privada de Educação Infantil da cidade de Santa Maria – RS.

Entendo que para entrar no mundo infantil, de modo que as crianças pudessem valorizar a diversidade presente na nossa sociedade, trabalhar com a diversidade é fundamental. A ludicidade muda o comportamento infantil, buscando a autonomia da criança e valorizando a afetividade que envolve o processo do aprender. Brincando, as crianças aprendem a cooperar com os companheiros, a obedecer as regras do jogo, a respeitar os direitos dos outros, a acatar a autoridade, a assumir responsabilidade, a aceitar penalidades que lhe são impostas, a dar oportunidades aos demais; enfim, a viver em sociedade (ROJAS, 2006).

Para o desenvolvimento da prática foram realizadas as seguintes atividades:

a. Roda de conversa: foi feita uma rodinha de conversa com o tema “do que você não gosta de ser chamado?”

b. Espelho mágico: enfeitamos uma caixa de papel e colocamos no fundo um espelho. Passamos essa caixa para as crianças e dissemos que era um presente que alguém havia deixado na escola para eles. Então, uma criança de cada vez foi chamada para que abrisse a caixa, olhasse o que havia dentro, porém ela não poderia contar a ninguém o que viu. No final da atividade questionamos sobre o que elas haviam visto e se gostaram do presente.

c. Poesia: trabalhamos com as crianças a poesia da autora Ruth Rocha “Pessoas são diferentes”. As crianças falaram sobre o que a poesia passava a cada uma delas. No final eles ilustraram a poesia.

É pertinente afirmar que o brincar está presente no cotidiano da maioria das crianças, nas mais diversas formas que contribui no desenvolvimento delas e influencia na formação da personalidade, das motivações, das emoções, dos valores, as interações entre as crianças e família e crianças e a sociedade onde estão associadas aos efeitos do brincar.

As diferentes formas de viver na sociedade possibilitam vários conhecimentos culturais, pois estes são múltiplos e passam a ser inseridos no cotidiano de cada um de forma a adaptar-se em cada meio social. A criança não fica imune ao que a rodeia, e a partir do brincar, que se inserem características individuais, ou seja, seu jeito particular de atuar nas brincadeiras, com suas preferências, escolhas, decisões e as diversas possibilidades de brincar que encontra na interação com o outro, “na brincadeira somos exatamente quem somos e, ao mesmo tempo, todas as possibilidades de ser estão nela contidas. Ao brincar exercemos o direito à diferença e a sermos aceitos mesmo diferentes ou aceitos por isso mesmo” (FORTUNA, 2008, p. 465).

Desse modo, a ludicidade se apresenta ao meio escolar como uma atividade prazerosa, que envolve a todos e possibilita aprendizagem, sem distinção de raça, cor, crença ou classe social. Os profissionais da educação, nos diferentes níveis de ensino, buscam, através do uso de dinâmicas, jogos e brincadeiras, engajar os alunos no processo pedagógico e alcançar a meta maior do ensino, que é a aprendizagem, levando sempre em consideração a diversidade entre os discentes.

Assim, Macedo, Petty e Passos (2005, p. 13-14) nos dá uma generalizada noção a respeito do brincar, dizendo que:

O brincar é fundamental para o nosso desenvolvimento. É a principal atividade das crianças quando não estão dedicadas às suas necessidades de sobrevivência (repouso, alimentação, etc.). Todas as crianças brincam se não estão cansadas, doentes ou impedidas. Brincar é envolvente, interessante e informativo. Envolvente porque coloca a criança em um contexto de interação em que suas atividades físicas e fantasiosas, bem como os objetos que servem de projeção ou suporte delas, fazem parte de um mesmo contínuo topológico. Interessante porque canaliza, orienta, organiza as energias da criança, dando-lhes forma de atividade ou ocupação. Informativo porque, nesse contexto, ela pode aprender sobre as características dos objetos, os conteúdos pensados ou imaginados.

A dimensão lúdica da vida não está necessariamente ligada a um jogo ou a uma brincadeira. Existe uma dimensão lúdica nas conversas do dia a dia, nas artes, na música, na invenção de uma receita para uma boa refeição, na maneira como paramos para apreciar uma árvore florida e assim por diante. São momentos nos quais nos abrimos para a experiência, soltamos a criatividade e nos tornamos mais flexíveis para compreender as pessoas.

Foi observado, ao longo das vivências realizadas, que trazer para a sala de aula ferramentas que fomentem a discussão sobre a diversidade de maneira lúdica, despertando o interesse das crianças num contexto que respeite o universo infantil e suas singularidades, pode produzir excelentes resultados. As crianças passam a se observar, reconhecer, observar

as diferenças ao seu redor, aprendendo, assim, a identificar e valorizar todas as diferenças que se fazem presentes no cotidiano escolar. Esse trabalho, no entanto, não deve ser pontual, restrito a uma determinada data ou mês. Faz-se necessário um trabalho contínuo, que dure o ano inteiro, inserindo a temática étnico racial dentro de todo o currículo escolar, desde os eixos temáticos às práticas desenvolvidas nas unidades de Educação Infantil.

Durante todo o ano sempre busquei elaborar os planos de aula com um olhar delicado as diversas culturas, pois sei que a qualquer momento podemos nos deparar com preconceitos na sala de aula. É notável o quanto as crianças se surpreendem e ficam atentas as histórias lidas e contadas, e ao final os questionamentos surgem, além das comparações com alguns. Fato interessante que gosto de citar é que uma aluna se identificou com a menina do poema, e ficou feliz em ver uma menina parecida com ela.

E que todos têm que respeitá-la do jeito que ela é. E a aluna se sentia bem quando os colegas diziam que ela parecia com a criança do poema. A reação das outras crianças foi tranquila, penso que isso se deu ao fato de ter me preocupado desde o início de construir um diálogo constante e falar sempre do respeito às diferenças. Ao se aproximar do dia da consciência negra, me preocupei ainda mais em focar o olhar para a população afrodescendente, e organizei os planos de aula em torno da cultura afro dentro da faixa etária dos alunos.

A criança deve receber uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade, a oportunidade de desenvolver suas atitudes, seu juízo individual, seu sentido de responsabilidade moral e social, e chegar a ser um membro útil e participativo da sociedade. A criança deve ser protegida contra todas as práticas que possam incentivar a discriminação. Deve ser educada num espírito de compreensão, solidariedade, tolerância, amizade, paz e fraternidade. São direitos fundamentais para a vida de todas as crianças. Espera-se também que ele seja solidário com as vítimas de preconceito. É função dos professores e dos demais educadores apresentar o problema da desigualdade social de modo que os alunos percebam que isso é algo plenamente passível de ser superado, caso as pessoas se unam e se empenhem nessa causa. O mais importante é respeitar os valores culturais e tradicionais da minoria e tentar ao máximo promover um espaço de discussão sobre diferenças. Poderia ser uma. Acredito que a educação para os direitos humanos pode ajudar a desenvolver um senso de respeito mútuo e compreensão

Bem, a análise que faço após a realização destas atividades e de todo esse trabalho é que a partir do momento em que a escola e corpo docente incluírem as leis 10.639/03 e 6.

814/07 em seus planos de aula seja qual for à disciplina estaremos amenizando o preconceito em sala de aula, e claro, ajudando tantas crianças e famílias que temem se reconhecer enquanto negros devido ao preconceito que sofrem que além de ser social é também racial. Assim, a população afrodescendente estará sendo reconhecida e respeitada, nesse caso, no âmbito escolar, lembrando que é aqui que as crianças começam a formar seus conceitos e opiniões acerca dos vários assuntos, além da formação de sua própria identidade. Vale ressaltar a importância da escola como um todo, pois assim estaremos mais fortalecidos no combate ao preconceito. Sei que tudo isso ainda é pouco, mas é assim que caminhamos.

Alguns apontamentos a título de fechamento

A Educação Infantil tem como função a formação cultural e social da criança de zero a seis anos. O que significa dizer que educar em direitos humanos visando à formação da cidadania a partir da educação infantil, além de ser fundamentado nas atuais políticas educacionais, também se caracteriza por ser um direito da criança. Como indica Benevides

Para a construção de uma sociedade democrática é necessária uma educação que atue: [...] desde a escola primária, no sentido de enraizar hábitos de tolerância diante do diferente ou divergente, assim como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, ao bem comum (1998, p.158, grifos da autora).

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, não está fora desta complexa discussão sobre a diversidade, constituindo-se como fundamental para o desenvolvimento integral da criança, principalmente no que diz respeito aos aspectos cognitivo, psicológico e social, que são essenciais para a construção da identidade e autonomia nesta fase.

Evidenciando, ainda mais, a importância da convivência com as diferenças de modo igualitário, reconhecendo a importância de respeitá-las através de uma perspectiva dialógica e de experiências em sala de aula. Apesar de existirem documentos que determinam tais práticas, nem sempre elas são desenvolvidas nas instituições escolares, incluindo as de Educação Infantil. Tratar sobre esse tema não é tão simples quanto pode parecer, tendo em vista que é preciso uma mobilização por parte dos sujeitos pertencentes ao ambiente escolar, tendo o objetivo de romper visões pré-determinadas quanto à diversidade.

Refletir sobre as concepções de “diferença” no contexto educacional significa perceber que no interior das escolas convive uma diversidade de sujeitos sociais que compõem o universo social da sala de aula. Significa também reconhecer que a convivência e a interação

entre os diferentes seres humanos tornam-se complexas na medida em que alguns desses sujeitos são cotidianamente rotulados de “diferentes” – não só no sentido das diferenças, mas também das significações que sutilmente as acompanham. Para Brandão (1986 apud GUSMÃO, 2003, p.16).

O reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade: a descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou. Homem e mulher, branco e negro, senhor e servo, civilizado e índio... O outro é um diferente e por isso atrai e atemoriza.

Então, como poderemos contribuir para o convívio entre crianças que apresentam características diferenciadas, sem que haja exclusão? É realmente necessário que o (a) educador(a) desenvolva estratégias, atividades pedagógicas e reflexões que possibilitem às crianças uma compreensão de que todos somos diferentes, mas podemos conviver em grupo, compartilhando experiências, exercendo funções diferenciadas e respeitando as particularidades de cada um. Portanto, a atuação docente na Educação Infantil torna-se fundamentalmente importante para o alcance desses objetivos. De acordo com Bassedas, Huguet e Solé,

É importante estar consciente dessas diferenças entre as pessoas para organizar uma prática educativa em que isso seja considerado e, assim, tornar mais aberta a experiência dos meninos e das meninas em relação ao mundo que os envolve. Isso somente é possível se, na escola, respeitam-se as diferenças de cada uma das crianças, condição para possibilitar um bom desenvolvimento que parte da aceitação da sua identidade pessoal [...] (1999, p. 140),

As crianças devem saber que a diversidade nos traz riquezas de informações e de experiências. Que podemos aprender muito com as diferenças. Ao invés de criticá-las, devemos dar-lhes o devido valor e aprendermos com elas. Essa é uma tarefa importante principalmente nos dias de hoje, em que as famílias mudam de um lugar para o outro com muita frequência.

A educação não é mais somente responsável pela transmissão de conteúdos, também é sua função preparar para a cidadania, o que significa que deve promover a compreensão dos direitos e deveres para que a convivência em sociedade seja plenamente vivenciada desde os primeiros contatos com o outro.

A tarefa de incluir todas as crianças em suas diferenças em sala de aula é um desafio que exige dos professores não só o reconhecimento da diferença, mas a proposição de novas metodologias de ensino que visem não só os conteúdos, como também situações de acolhimento, interação e respeito para com o outro.

O professor em sala de aula sente grande dificuldade para trabalhar com tanta diversidade e fazer com que seja aceita entre os alunos. Tenta construir entre eles conceitos de solidariedade, amizade, respeito e que entendam a educação que se pretende diversificada e inclusiva.

Acredito que a escola ganha com a inclusão porque pode construir relações afetivas. Consideramos a importância que a diversidade cultural possui para a prática educativa, já que sua compreensão possibilita aos educadores uma avaliação das práticas desenvolvidas, por eles, possibilitando o pensar dos problemas referente ao preconceito, à discriminação existente no espaço escolar, a desconstrução de uma escola que impõe a cultura tida como melhor e que renega a individualidade de dos seus alunos.

Promover uma educação voltada para valores humanos é uma condição que toda escola deve estudar a fundo, pois os mesmos devem estar presentes nas relações cotidianas da instituição. Para isso, é importante que a equipe de professores da escola se reúna a fim de discutir quais as formas de trabalhar esses valores, pois não podem ficar no senso comum, mas voltando-se para a internalização dos conceitos e práticas dos mesmos. Um trabalho pode ser totalmente perdido se não existem bons exemplos das pessoas que compõem a estrutura da escola.

A problemática ocasionada pela diversidade cultural existente na sala de aula exige que os professores e a forma como a escola foi e esta estruturada passe por mudanças, pois a partir do momento em que a diversidade e individualidade de cada aluno forem compreendidas será possível perceber como as diferenças culturais, raciais, étnicas e de gênero poderão contribuir para um melhor desempenho dos alunos, da mesma forma que se essa individualidade não receber a atenção necessária poderá ocasionar o efeito contrário “o fracasso do aluno”, que muitas vezes não é percebido de imediato, mas no futuro poderá se concretizar.

Assim sendo, acreditamos que a função social da escola, independente de qualquer categorização, caminha na busca do equilíbrio entre reproduzir e produzir. Reproduzir para integrar e manter, e produzir para romper e transformar. Com relação aos valores institucionais não se restringe aos valores que a escola deseja transmitir e exigir dos alunos, mas sim aos valores que a instituição como comunidade educadora possui, uma vez que grande parte dos valores são aprendidos pelas interações com a família, grupo de amigos/as, na escola, comunidade e são vivenciados nas ações cotidianas.

Sabemos que tudo isso não é um processo fácil, mas através de posturas positivadas e construtivas em relação à verdadeira história dos negros de sua cultura iremos caminhar para

as mudanças. Dessa forma, o planejamento curricular deve ter sua construção baseada nos fundamentos que valorizam a cultura e assim propor a execução a partir de novas estratégias e de novos conceitos permitindo um novo conhecimento curricular sobre o Brasil e em especial a população negra favorecendo seus referenciais bem como uma educação menos excludente.

Referências

ANTUNES, D. A. **O direito da brincadeira a criança**. São Paulo: Summus, 2001.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Tradução de Cristina Maria de Oliveira. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991.

BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 2.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 08 nov. 2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996 a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. **Constituição da república federativa do Brasil (1888)**. 13. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Estado de Alagoas. **Lei Ordinária n. 6.814, de 02 de julho de 2007**: autoriza o poder executivo, através da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e do Conselho Estadual de Educação do Estado de Alagoas, a elaborar projeto para definir a inclusão nos currículos do ensino fundamental e médio das escolas da rede pública estadual, considerando a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”, determinada pela lei 10.639/03, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2007/lei-ordinaria-6814/?searchterm=palmares>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

DOHME, Vânia. **Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **O lúdico na educação**. Disponível em <<http://www.editorainformal.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2005.

DORNELLES, Lilo. **A importância do brincar na escola inclusiva ou o lúdico e a cultura do pertencimento**. Disponível em: <<http://www.professorlilo.com.br>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DRAGO, Rogério. **Infância, educação infantil e inclusão: um estudo de caso em Vitória**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.

FORTUNA, Tânia Ramos. Papel do brincar: aspectos relevantes a considerar no trabalho lúdico. **Revista do Professor**, Porto Alegre, v. 18, n. 71, p. 9-14, jul./set. 2002.

GUSMÃO, Neusa M.M. Desafios da diversidade na escola. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n.2, p.9-28, jul./dez. 2000.

_____. (Org.). **Infância e velhice: Pesquisa de ideias**. Campinas, SP: Editora, 2003.

MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2005; Campina Grande, Realize Editora, 2012.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOYLES, Janet R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções às ações**. Porto Alegre: Artemed, 2000.

ROJAS, L. **O lúdico: hora de ensinar x hora de brincar**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 15 out. 2015.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

SACRISTÁN, J. G. A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. In: ALCUDIA, R. et al. **Atenção à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Anderson Oramísio; COSTA, Olga Helena da. **Relações étnico-raciais na educação infantil**: implementação da Lei 10.639/2003. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=498>. Acesso em: 30 out.2010.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. (Org.). **Brinquedoteca**: a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SESTI, A. P. et al. Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações. In: CARVALHO, J. S. (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 331-366.

UNESCO. **Diversidade cultural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/cultural-diversity/>>. Acesso em: 12 set.2015.